



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-eixo: Ênfase em Formação profissional.

## O MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL (MESS): UMA MEDIAÇÃO ÉTICO-POLÍTICA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS/AS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL

Jodeylson Islony de Lima Sobrinho<sup>1</sup>

**Resumo:** Discutir o MESS é sempre um desafio, visto que esse debate não se mostra tão evidente em nossas sistematizações teórico-políticas. Dessa forma, o relato de experiência aqui sistematizado expressa um pouco da nossa vivência no campo das mediações ético-políticas da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), em prol de uma formação profissional de qualidade, entre 2012 e 2013.

**Palavras-Chave:** MESS; ENESSO; Formação Profissional; Organização Política; Projeto Ético-Político.

**Abstract:** Discussing the MESS is always a challenge, since this debate is not evident in our theoretical-political systematizations. Thus, the report of experience systematized here, expresses a little of our experience in the field of ethical-political mediations of the national executive of Social Service students (ENESSO) in favor of a professional training of quality, between 2012 and 2013.

**Keywords:** MESS; ENESSO; Vocational Training; Political Organization; Ethical-Political Project.

*“Que a caminhada seja alegre  
Que os passos sejam firmes  
Que as amizades sejam sinceras  
E a poesia não muito triste, antes profeta!  
Que tua juventude não canse  
E que tua voz não cale  
Que teus sonhos não murchem  
E que a fé não falhe!  
Que a luta te encante (cada vez mais)  
E a ternura se faça sempre presente!  
Ternura e resistência!”  
(Evenice Neta)*

### Introdução

Buscamos empreender algumas análises acerca do direcionamento ético-político dos/das estudantes de Serviço Social, fazendo uma sistematização de alguns anos de

---

<sup>1</sup> Profissional de Serviço Social. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: <islony@hotmail.com>.

vivência e militância dentro do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS), sob o prisma da defesa do **trabalho e da formação profissional** com qualidade.

Inicialmente, gostaríamos de expor que não temos a menor pretensão de esgotar essa discussão, mas darmos uma contribuição a esse tema, visto que a formação profissional se dá de forma permanente – como aponta a própria Política Nacional de Formação Permanente do Conjunto CFESS/CRESS – num contingente diverso de espaços, que vai desde o Movimento Estudantil até os próprios locais sócio-ocupacionais, onde estão os/as assistentes sociais, possibilitando uma reflexão crítica desta realidade no processo de organização ética e política dos/das estudantes de Serviço Social.

Por questões de didática, a nossa exposição se dará a partir de dois elementos a serem analisados (ambos interconectados), pois eles se autodeterminam e autocomplexificam no processo de organização política desses estudantes e profissionais. Vale ressaltar, também, que esses pontos não são exclusivos ao Serviço Social, pelo contrário, suas inflexões estão na totalidade das profissões na contemporaneidade.

### **Situando o ambiente em que a Formação Profissional se expressa na atual conjuntura**

A tendência que se tem, enquanto Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), no tocante à formação profissional, é a construção coletiva de um projeto que o MESS vem articulando com a categoria profissional, no qual se fincam as bandeiras de luta afinadas com a direção social construída pelo Serviço Social à luz do Projeto Ético-Político Profissional.

Nesse sentido, o MESS tem se colocado no campo da crítica direta e resistente às respostas que o movimento burguês de sociedade tem dado à universidade, opondo-se a toda forma e expressão de deterioração do ensino superior brasileiro.

É importante apontar que um dos vieses do processo de precarização da educação superior se dá pela mercantilização do direito à educação, por meio de duas grandes frentes: 1ª) pela precarização e sucateamento, através de uma expansão sem qualidade das universidades públicas combinadas com o aligeiramento do processo de formação, subordinando toda sua estrutura pública ao interesse da iniciativa privada; e 2ª) através do estímulo ao ensino privado como uma gigantesca rede de “escolões”.

A expansão precarizada das universidades públicas, através principalmente da Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), cumpre um papel de acelerar o processo de formação profissional reestruturando-as no tocante ao ensino e à aprendizagem, alocando um número muito maior de estudantes numa mesma sala de aula, aumentando exponencialmente a proporção professor/aluno. Isso significa, em última

instância, reduzir custos na produção da força de trabalho como mercadoria, fazendo despencar o seu valor no mercado, resultando numa “natural” redução dos salários. Essa redução de salários aparece na empiria como resultado da lei da oferta e demanda, mas na verdade é resultado da essencial lei do *valor trabalho* da economia política marxiana.

Portanto, não há como negar que a educação está umbilicalmente ligada com o mundo do trabalho, estando suscetível a uma transformação recíproca, mesmo sendo seu momento predominante a esfera da produção. Ou seja, a reestruturação produtiva do capitalismo demanda profissionais flexíveis, com conhecimentos genéricos e tecnicados, tudo isso combinados com baixos salários, e, afinal, a universidade é que tratará de fornecer esses quadros aos grandes monopólios e ao latifúndio.

Em outra face, não apenas da forma, mas agora do conteúdo, os currículos dos cursos de graduação têm servido cada vez mais a voracidade do capital, cursos das agrárias servindo ao agronegócio como latifúndio moderno, engenharias servindo aos monopólios industriais, dentre outros.

A própria produção de conhecimento e tecnologia, que no Brasil majoritariamente acontece nas universidades públicas, tem sido direcionada em sua essência ao lucro dos interesses privados, através das chamadas “fundações de apoio” que, ao invés de promover a autonomia didático-científica, na verdade a destrói brutalmente.

Todos os projetos e convênios entre os cursos de graduação, professores pesquisadores, institutos e laboratórios públicos são submetidos, por meio dessas chamadas fundações de apoio, aos interesses privatistas, já que a comunidade universitária praticamente não é chamada a decidir sobre o conteúdo dos projetos.

Nesse contexto, podemos observar que a universidade pública tem cedido seus recursos, humanos e estruturais, aos interesses do mercado, tendo em vista que a empresa privada conveniada acaba por ter acesso a uma nova tecnologia, inserida em seu ciclo produtivo depois de patenteada.

A situação piorou com a implementação da Lei 13.243/2016, que versa sobre o Código da Ciência, Tecnologia e Inovação (com o mesmo direcionamento do código florestal e código da mineração), que nasceu pela justificativa de acabar com todas as “amarras burocráticas” na pesquisa tecnológica. Essa só aprofunda toda lógica mercantil a que está subordinada a produção tecnológica brasileira, além de permitir acesso livre e exploração de grandes empresas ao patrimônio genético da fauna e flora do nosso país.

Além dessa realidade, também expressa a atual conjuntura em que vivemos o incentivo ao ensino privado, como uma faceta mais precarizada da expansão educacional brasileira, combinada com injeção de grandes montantes de recursos públicos nos barões da educação, a título do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), do Programa

Universidade para Todos (PROUNI), da exponencial e explosiva massificação da Educação a Distância (EaD), assim como a entrega completa ao capital, de universidades municipais que se mantêm por meio de recursos de dupla natureza (pública e privada), através da Lei Ordinária 12.881/2013.

Dentro desse processo de reconfiguração da política educacional surge o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que tem como uma de suas etapas o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE, apresentando-se como um dos grandes gargalos postos aos estudantes de Serviço Social, devido à análise crítica que se tem sobre esse processo de avaliação do ensino superior, o qual não poderia deixar de ser mencionado.

Com isso, gostaríamos de demarcar nossa concepção de que qualquer toda avaliação é política. Em que sentido? Acreditamos que elas nunca são neutras, que reproduzem uma visão de mundo e trazem concepções claras sobre a educação e sobre a sociedade, sempre existindo um para quê e um para quem. Avaliações não apresentam simplesmente aspectos neutros, técnicos e metodológicos.

No sistema capitalista, a educação é importante, mas não pelo seu caráter emancipador, libertador e transformador, mas por representar possibilidades de ascensão social, ganhos individuais e capitalização de recursos. Nessa lógica, as instituições de educação devem produzir conhecimentos úteis e rentáveis como condição para sua sobrevivência no mercado educacional.

A avaliação educacional, dentro dessa compreensão, só serve como medida de controle do que se espera desse processo na lógica neoliberal em que ela está calcada. No nosso sistema, o SINAES se mostra como uma espécie de *Inmetro das Universidades* e o/a estudante assume um papel de cliente, consumidor de um produto, orientado pela relação custo/benefício que as instituições oferecem.

Esse sistema de avaliação aprofunda aspectos que historicamente foram rechaçados pelo movimento estudantil e pelos movimentos sociais da educação, como: **ranqueamento; caráter não só obrigatório, como punitivo; centralização e desrespeito às características regionais.**

Toda essa realidade posta nada mais é do que a condensação das finalidades do capital monopolista e do agronegócio subsumidos à tutela do imperialismo, representado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial (BM) em suas recomendações para a educação. E no sentido contrário a tudo isso, o Serviço Social, balizado no projeto ético-político hegemônico, talvez representa, entre a área das humanas no Brasil, uma das últimas trincheiras do pensamento crítico na luta contra esse processo de mercantilização da vida.

Na contramão dessa realidade, a ENESSO entende que as avaliações são parte relevantes do processo de formação, quando a análise diagnóstica deve se pautar pelo projeto político-pedagógico; por condições estruturais de ensino, pesquisa e extensão; pela relação ensino-aprendizagem; pelos os quadros de docentes, técnicos administrativos; diretrizes curriculares; ênfases de curso; e, especialmente, por avaliar se os/as estudantes têm a possibilidade de análise crítica do contexto social em que estão inseridos/as, podendo contribuir de forma positiva para sua transformação. Contudo, não é o que está pautado no SINAES.

### **E qual o papel da ENESSO? Refletindo alternativas para uma formação profissional de qualidade**

Sendo assim, a ENESSO, nos últimos anos, percebe a centralidade da discussão da formação profissional, na perspectiva de construir uma programática que fomente acúmulo teórico e político para além da direção da nossa entidade, buscando contribuir ainda mais para a aproximação da base e enraizamento de debates consistentes, no que diz respeito às análises de conjuntura e de formação ético-política.

A partir de uma maior aproximação com a base dos/as estudantes de Serviço Social, percebemos cotidianamente como o nosso processo de formação acadêmico-profissional vem se fragmentando e se coisificando, ao ponto de chegarmos a um aligeirado processo dessa formação que, nas palavras de Guerra (2010), seria um processo de **deformação profissional**. Dessa forma, a ENESSO vem se posicionando de forma clara, resistiva e combativa acerca dos seguintes elementos:

- I. Imprescindível crítica à estrutura governamental e todos os seus defensores, entendida dentro do estado autocrático burguês como fiel representante dos interesses do imperialismo, dos monopólios e dos latifúndios, *ainda mais nos dias atuais no “desgoverno” de Bolsonaro*;
- II. O necessário reconhecimento de que a reorganização do movimento estudantil não pode estar desvinculada de um projeto estratégico na disputa da universidade brasileira, de um horizonte que dê luz a uma luta que transcenda a característica atual de simples resistência conjuntural, que aponte para uma ofensiva na destruição da universidade servil ao capital e edifique a universidade do povo, a Universidade Popular;
- III. A inerente defesa da autonomia e independência da ENESSO frente a qualquer forma de organização exterior, sejam partidos, organizações, coletivos, ou até as próprias entidades da categoria, não significando sua negação como aliados ou importantes contribuidores na organização do MESS.

No que se refere à Educação a Distância (EaD), mais do que nunca é necessário um aprofundamento crítico sobre essa realidade, só um aprofundamento a partir dos princípios eminentes no Projeto Ético-Político, pois ao discutir EaD não estamos reduzindo-o a uma crítica acerca dos sujeitos aí inseridos, mas principalmente ao processo de desmonte das políticas públicas, em específico da educacional.

Sendo assim, nosso posicionamento, enquanto ENESSO se pauta na crítica ao EaD, não contra os sujeitos inseridos nesta modalidade de ensino. É de extrema importância frisar esse posicionamento, pois outros projetos profissionais que buscam disputar a hegemonia no Serviço Social se utilizam de tais artimanhas rasteiras e medíocres para tentar deslegitimar a atual direção política impetrada por nossas entidades representativas. E, diante disso, nos cabe também perguntar: afinal, essas proposituras de projetos alternativos ao atual Projeto Ético-Político Profissional estão a serviço de quem e de quê?

É nesse limiar que a ENESSO, juntamente com o conjunto CFESS/CRESS e a ABEPSS, vem se posicionando contrário a essa modalidade de ensino, travando lutas no sentido de buscar uma efetiva formação acadêmica, pública, presencial, laica e de qualidade, que nesse processo de formação e que respeite as Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social, que garantam o Currículo Mínimo para sua materialização e a matriz crítico-dialético esteja interligada na apreensão das competências profissionais do/a assistente social, sejam elas teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa e investigativa, que não seja uma formação estéril, meramente tecnicista, mas que permita uma análise crítica da realidade, em sua totalidade.

No que se refere ao ENADE, a ENESSO nos Encontros Nacionais de Estudantes de Serviço Social (ENESS) de 2012 e 2013, bem como no seu Planejamento Estratégico Nacional, pautou a crítica a esse processo como parte constitutiva do SINAES, sendo deliberado coletivamente: que o direcionamento a ser dado ao ENADE do ano de 2013 será de debates críticos sobre esse sistema de avaliação, possibilitando aos Coordenadores Regionais (CR's), Centros Acadêmicos (CA's) e Diretórios Acadêmicos (DA's) um material de apoio para as discussões, e que assim fosse possível realizar atos nos locais onde as provas do ENADE foram aplicadas.

Essa deliberação se dá, a partir de uma análise crítica e política sobre os desdobramentos advindos dos boicotes realizados pelos/as estudantes ao ENADE, principalmente pelas punições advindas do Ministério da Educação aos/as estudantes que assim optaram pelo boicote, dentre outras sanções punitivas desse sistema opressor ao qual estamos imersos.

Sendo assim, é na formação profissional que o Serviço Social encontra uma das mais importantes táticas para a consolidação de seu Projeto Ético-Político e, nessa

realidade, o MESS – no que se refere à atuação ética e política, visando a garantia da direção social da formação profissional – vem refletindo na realização dos Seminários Regionais e Nacionais de Formação Profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social (SRNFPMESSS) como fóruns de caráter organizativo, bem como no fortalecimento da relação do MESS com a ABEPSS, enquanto entidade orgânica-política na área da formação profissional em Serviço Social.

Além disso, consideramos que a defesa do atual Projeto Ético-Político é necessária para a construção do projeto de universidade popular como horizonte estratégico de luta pela transformação da universidade brasileira já que, em geral, somos, talvez, a única profissão cujo Código de Ética e as Diretrizes da formação profissional posicionam-se ao lado do povo trabalhador na luta de classes, rompendo com a apologia direta ao sistema e com a pretensa neutralidade científica que pregam os ideólogos da burguesia.

Na nitidez da própria realidade que vivenciamos, avaliamos que a ENESSO esteve (e está) construindo coletivamente táticas de enfrentamento a essa realidade de precarização e mercantilização da vida em suas mais diversas formas. O enfrentamento se fez e faz na articulação e construção com os diversos sujeitos políticos que também se opõem à barbarização da vida social, num contexto de retração de direitos como é o caso das iniciativas do conjunto CFESS/CRESS, da ABEPSS e da ENESSO, dentre outros.

A construção de um projeto de universidade alternativo ao projeto hegemônico e global do capital se faz tão necessária quanto urgente, justamente porque a formação profissional que estamos vivenciando se consolida em uma instituição que, por sua própria natureza, tem um compromisso com a manutenção da ordem burguesa e não com a classe trabalhadora, tampouco com a emancipação humana. O nosso dever, portanto, é o de utilizar o espaço da universidade burguesa como terreno para semear nossas lutas, porém sem jamais perder de vista que essas lutas devem ir para além dos muros dessa instituição.

Em “tempos de barbárie” – como aponta Netto (2007), é urgente e necessária a defesa do Projeto Ético-Político Profissional “com unhas e dentes”, principalmente por entendermos que vivemos um longo contexto de mercantilização e coisificação das relações sociais, expresso pelo processo de desumanização do próprio homem.

Compreendendo todas essas determinações que compuseram e ainda compõem a conjuntura econômico-política-social do Brasil e seus rebatimentos na política educacional. No que se refere ao processo de formação profissional no âmbito do Serviço Social, Abreu e Lopes (2007, p.15) afirmam que essa formação:

[...] sob as diretrizes curriculares, mas orientada pelo Projeto Ético-Político, move-se entre a flexibilização posta pela política privatista da educação superior para atender as exigências do mercado e a resistência a esta tendência, a partir da afirmação do compromisso profissional com as lutas democráticas emancipatórias da sociedade.

É perceptível que o grande desafio posto ao Serviço Social como um todo (profissionais, estudantes e entidades representativas) no campo da formação profissional, está em pressionar pela abertura dos muros das instituições de ensino superior públicas, não como tem se dado por meio do REUNI, mas sim, pela abertura que possibilite o aumento do número de vagas com qualidade para a população a partir de uma reestruturação da universidade que ofereça as condições objetivas e subjetivas de materializar o modelo de universidade que queremos.

Nesse sentido, como bem pondera Braz (2007), às vezes na resistência e às vezes na ofensiva, é que se sustenta o Projeto Ético-Político Profissional como alternativa de uma verdadeira emancipação humana e de que uma outra sociedade, para além do capital, é possível. Só que isso implica também numa luta permanente contra as forças do conservadorismo da sociedade e profissional.

E é nessa resistência que se consolida e se apresenta o Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação Profissional e contra a precarização do Ensino Superior construído coletivamente entre as entidades representativas da profissão, a partir do GT de Trabalho e Formação Profissional do CFESS, que possibilitou e possibilita o debate e a identificação da inserção das correntes conservadoras no Serviço Social, hoje dominantes na sociedade e, mesmo assim, vem se mantendo firme no propósito da resistência.

“A saída está na defesa radical dos princípios e na criação de formas e mecanismos políticos adequados ao tamanho do desafio que temos pela frente” (BRAZ, 2007, p. 9). Logo, devemos pensar a luta de forma consistente, coerente e articulada, apontando que não devemos só resistir, mas avançar na ofensiva da defesa do atual Projeto Ético-Político Profissional e na luta contra a mercantilização da vida.

Com isso, afirmamos que vivemos tempos adversos para o Serviço Social, mas, sobretudo, tempos de luta e resistência, onde ratificamos que, nesse caminho de barbárie, o nosso posicionamento é de NENHUM PASSO ATRÁS na defesa da formação profissional de qualidade.

Observando o grande avanço, às vezes escamoteado às vezes mais visível do conservadorismo estudantil e profissional no Serviço Social é que precisamos unir forças nessa luta, que é da ENESSO, da ABEPSS e do conjunto CFESS/CRESS. Conquanto, essa luta não é exclusiva dessas entidades, já que a luta diária em defesa do nosso Projeto Ético-Político Profissional, do Projeto de Universidade Popular, bem como do Projeto Societário a qual nos vinculamos e defendemos: é minha, é sua, é nossa!

Dito isso, terminamos este debate com alguns indicativos: a discussão não se esgota aqui; pelo contrário, contribuimos com algumas análises de nossa inserção concreta nos espaços de discussão política e organização da nossa categoria profissional, em um dado

momento histórico nesses 80 anos de profissão e, com isso, temos a certeza de que a saída é pela esquerda, o que se mostra urgente e necessária a luta orgânica e coletiva dos sujeitos sociais. Desta maneira, terminamos com as seguintes palavras de Bertolt Brecht, apontando-as para uma reflexão estética da realidade:

*“[...] Não se envergonhe de perguntar, camarada!  
 Não se deixe convencer  
 Veja com seus olhos!  
 O que não sabe por conta própria  
 Não sabe.  
 Verifique a conta  
 É você que vai pagar.  
 Ponha o dedo sobre cada item  
 Pergunte: O que é isso?  
 Você tem que assumir o comando.”*

## REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel; LOPES, Josefa Batista. Formação profissional e diretrizes curriculares. In: **Revista inscrita**. Brasília: CFESS; Ano VII, nº X, nov. de 2007.

BRASIL, **Lei 13.243**, 11 de janeiro de 2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação. Brasília, 2016. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2016/lei/l13243.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/lei/l13243.htm)>. Acesso em 29. abr. 2016.

BRASIL, **Lei 12.881**, 12 de novembro de 2013. Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências. Brasília, 2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2011-2014/2013/Lei/L12881.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2013/Lei/L12881.htm)>. Acesso em 28. abr. 2016.

BRAZ, Marcelo. A hegemonia em xeque. Projeto ético-político do serviço social e seus elementos. In: **Revista Inscrita**. Brasília: CFESS, ano VII, nº X, Nov. de 2007

GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. In **Revista Serviço Social e Sociedade** [online]. 2010, n.104, p.715-736.

NETTO, José Paulo. Das ameaças à crise. In: **Revista inscrita**. Brasília: CFESS; Ano VII, nº X, nov. de 2007.